

AS CORRESPONDÊNCIAS DIPLOMÁTICAS: OUTRA VISÃO DA VIOLÊNCIA PÚBLICA NOS REINOS BÁRBAROS

DIPLOMATIC CORRESPONDENCE: ANOTHER VIEW ON PUBLIC VIOLENCE IN BARBARIAN KINGDOMS

Bruno Dumézil

Univeristé Paris Ouest Nanterre La Défense

Tradução

Milton Mazetto Júnior

Resumo: O questionamento feito pela historiografia a respeito da intensidade dos casos de violência privada na Alta Idade Média produz hoje resultados significativos em nossa ideia do período. Em relação à violência pública, no entanto, ainda se impõe o modelo da guerra generalizada. Enfrentando as incongruências entre a guerra apresentada pelos cronistas e aquela presente na correspondência diplomática, o artigo pretende mostrar que a ideia de violência pública generalizada também merece reconsideração.

Palavras-chave: correspondência diplomática, violência pública, embaixadas, paz.

Abstract: Questionings made by historiography regarding the intensity of cases of private violence in the High Middle Ages have produced significant impacts on our perception of the period. However, when it comes to public violence, the model of generalized war is still dominant. By contrasting the incongruities between the war presented by the chroniclers and that found in diplomatic correspondence, this article intends to show that the idea of generalized public violence also deserves reconsideration.

Keywords: diplomatic correspondence, public violence, embassies, peace.

Recebido em: 07/09/2016
Aprovado em: 07/11/2016

A maior parte dos especialistas da Alta Idade Média reconhece, hoje, que a violência privada foi menor do que os historiadores românticos pensavam: não damos mais crédito às *faidas* inexpiables e às vinganças que teriam perdurado por várias gerações¹. Os medievalistas atualmente preferem falar de resolução de conflitos através da negociação, da mediação ou da arbitragem². Por outro lado, continuamos a considerar que um estado de guerra permanente constituiria uma situação normal para o Ocidente dos séculos V a VIII³. Todo bárbaro não seria, por essência, um guerreiro? Como poderia ele viver sem a pilhagem e sem o massacre?

Nisso, porém, permanecemos prisioneiros de uma visão tradicional, que depende por demais de nosso informante preferido, Gregório de Tours. O bom bispo ocupa, de fato, uma boa parte de seus *Dez livros de História* a detalhar as expedições quase anuais dos reis francos, a lamentar o caráter fútil de suas motivações, a se indignar com os horrores da guerra e, por fim, a fazer o cálculo do butim em tom bastante congratulatório.

Para Gregório de Tours, a guerra não é necessariamente fresca e alegre, mas a violência de Estado não constitui um drama em si; toda vitória enriquece os merovíngios, que, por sua vez, enriquecem a Igreja. Um conflito internacional constitui, igualmente, uma boa ocasião para castigar os maus ou os heréticos, às vezes, ambos, como quando se vai combater os Visigodos⁴... Em suma, a guerra real representa para Deus uma ocasião de mostrar que ele intervém sempre sobre a terra, e Gregório de Tours transcreve esses confrontos no quadro de uma dramaturgia inspirada pelo Antigo Testamento⁵.

Se tentarmos deixar de lado os testemunhos dos cronistas eclesiásticos, o melhor conhecimento da ideologia da guerra, na época bárbara, provém das correspondências diplomáticas. Essas cartas apresentam a vantagem de serem contemporâneas aos fatos, de beneficiarem-se de uma boa conservação e de possuírem, como autores, os principais soberanos dos séculos VI e VII. Por que essa documentação não foi explorada mais frequentemente? A razão disso é, sem dúvida, que a visão da sociedade bárbara que essas

¹Ver especialmente WOOD, I. N. The bloodfeud of the Franks: a historiographical legend. *Early Medieval Europe*, 14, 2006, p. 489-503.

²Essa interpretação segue o artigo fundador de GEARY, P. Vivre en conflit dans une France sans État: typologie des mécanismes de règlement des conflits (1050-1200). *Annales E.S.C.*, 41, 1986, p. 1107-1133.

³Ver, especialmente, HALSALL, G. *Warfare and Society in the Barbarian West: 450-900*. Londres-New York: Routledge, 2003.

⁴Ver, por exemplo, GREGÓRIO DE TOURS. *Decem libri historiarum*, III, 10, sobre a expedição franca de 531 contra os visigodos.

⁵Sobre a visão histórica vétero testamentária de Gregório de Tours: HEINZELMANN, M. *Gregor von Tours (538-594): Zehn Bücher Geschichte. Historiographie und Gesellschaftskonzept im 6. Jahrhundert*. Darmstadt, 1994.

fontes transmitem é, à primeira vista, desconcertante: a paz é mencionada mais frequentemente do que a guerra, os redatores reclamam aspirações morais elevadas e sua pluma é deliciosamente preciosa. É difícil acreditar que estas cartas tenham sido escritas pelos reis ávidos de sangue e de rapinas que nos são mostrados por Gregório de Tours e por seus colegas cronistas. Por isso mesmo, esses textos são pensados como meros exercícios de estilo, dos quais exploramos apenas os dados objetivos em uma perspectiva positivista⁶.

Para tirar pleno partido da documentação, é melhor abandonar os pressupostos e não buscar, necessariamente, uma ligação entre as fontes historiográficas e epistolares. As correspondências diplomáticas devem ser consideradas em sua própria coerência.

I - O corpus: amplitude e dificuldade

A quase totalidade das correspondências diplomáticas dos Estados bárbaros nos foi transmitida por coleções epistolares⁷.

Cronologicamente, o primeiro conjunto a aparecer é o das *Variae*, de Cassiodoro. O estabelecimento da coleção data somente de 538, mas algumas partes remontam aos anos 506-511, época na qual Cassiodoro era *Questor do sagrado palácio* do rei dos ostrogodos, Teodorico, o Grande. Como seu nome indica, as *Variae* constituem um conjunto dos mais heterogêneos. Contudo, o material estritamente diplomático é bastante abundante, com mais de trinta peças cobrindo os reinados de Teodorico, Amalasunta, Teodato e Vitige⁸.

O segundo conjunto conservado é o das cartas que o rei dos burgúndios, Sigismundo, enviou ao imperador do Oriente ao longo da década de 510⁹. Esse curto dossiê se encontra transmitido na correspondência do bispo Avito de Viena, editada pelo

⁶ Um dos raros estudos monográficos sobre a diplomacia dos reinos bárbaros permanece sendo o de GOUBERT, P. *Byzance avant l'Islam: Byzance et les Francs*. Paris: A. et J. Picard, 1956.

⁷ Sobre o modo de formação dessas coleções, ver as distintas contribuições do volume reunido por GIOANNI, S. e GREVIN, B. (ed.). *L'Antiquité tardive dans les collections médiévales: textes et représentations*, VIe-XIVe siècle. Rome: École Française de Rome, 2008.

⁸ CASSIODORO, *Variae*: I, 1 e 46 ; II, 1 e 46 ; III, 1 2, 3 e 4 ; IV, 1 e 2 ; V, 1, 2, 43, 44 ; VIII, 1 ; IX, 1 ; X, 1, 2, 8, 9, 10, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 32. O conjunto conserva igualmente as demandas de recomendação para os embaixadores.

⁹ AVITO DE VIENA. *Epistolae*. 46A, 78, 93, 94; ed. R. Peiper, MGH VVAA, VI/2. Berlin, 1883, p. 1-294; trad. inglesa das epístolas : SHANZER, D. e WOOD, I.(ed.) *Avitus of Vienne: Letters and Selected Prose*. Liverpool: Liverpool University Press, 2002, p. 141-153 e 362-373.

secretário do prelado nos anos 520. Diversos elementos permitem concluir que o próprio Avito teria sido o redator dessas cartas diplomáticas, compostas em nome do rei dos burgúndios.

O terceiro dossiê foi preservado pelas *Epístolas arlesianas*¹⁰. Essa coleção canônica foi reunida, muito provavelmente, nos anos 580 pelo bispo Sapaldo, e sua função primordial era defender os privilégios de primazia de Arles, em um período em que estavam ameaçados pela evolução da política merovíngia. Por essa razão, o autor da coleção escolheu incluir as cartas endereçadas pelos papas aos reis francos nas quais o bispo de Arles seria invocado favoravelmente, mesmo fora do estrito quadro eclesiástico. O dossiê forma, assim, um reservatório das trocas entre o mundo merovíngio e Bizâncio, no momento da reconquista de Justiniano.

O quarto conjunto encontra-se na coleção de quarenta e oito cartas públicas e privadas conhecidas sob o nome de *Epístolas austrasianas*¹¹. O estabelecimento da coleção parece ter ocorrido no início dos anos 590, em Trêves, provavelmente sob o episcopado de Magnerico, um dos grandes servidores da realeza franca¹². O documento contém cerca de trinta peças que testemunhariam as trocas diplomáticas entre a Austrásia e Constantinopla, sob o reinado de Teodeberto I, Teodebaldo e Childeberto II.

A correspondência de Gregório Magno constitui o quinto componente do *corpus*¹³. Entre as mais de oitocentas cartas conservadas, cerca de quarenta evocam a guerra, as negociações de paz ou a aplicação de tratados com os lombardos, os francos e os visigodos. Na maior parte dos casos, o papa exerce o papel de um simples intermediário entre Bizâncio e os bárbaros, mesmo se sua autonomia na negociação torna-se cada vez mais forte à medida que avançamos em seu pontificado.

Um último conjunto de grande importância encontra-se no *Codex visigótico de Oviedo*¹⁴. Essa coleção contém diversas cartas de Estado do início do século VII, compostas sob os reinados de Gondemar e de Sisebuto¹⁵. O *Codex* contém igualmente a

¹⁰GUNDLACH, W. (ed). *Epistolae Arelatenses genuinae*. MGH *Ep.*, III, Berlin, 1882, p. 1-83.

¹¹GUNDLACH, W. (ed.). *Epistolae Austrasicae*. MGH *Ep.*, III, Berlin, 1892, p. 110-153; nova edição: MALASPINA, E. (ed.). *Il Liber epistolarum della cancellaria austrasica*. Roma: Herder, 2001.

¹²DUMÉZIL, B. Gogo et ses amis: écriture, échanges et ambitions dans un réseau aristocratique de la fin du VI^e siècle. *Revue Historique*, 643, 2007, p. 590-591.

¹³GREGÓRIO MAGNO. *Registrum epistularum libri XIV*. NORBERG, D. (ed.). *Corpus Christianorum*, vol. 140 (1-7) et 140 A (7-14). Turnhout: Brepols, 1982.

¹⁴As cartas deste manuscrito foram publicadas entre *Epistolae Wisigoticae*, GUNDLACH, W. (ed.). MGH *Ep.*, III, Berlin, 1892, p. 677-681.

¹⁵Correspondência diplomática de Bulgar da Septimanias obre Gondomar: *Epistulae Wisigoticae*, 11, 12 e 13 ; correspondência diplomática de Sisebuto: *Epistulae Wisigoticae*, 3, 4, 5 e 6.

Segunda vida de São Desidério de Viena, redigida por Sisebuto em pessoa, cuja vocação é mais diplomática do que hagiográfica¹⁶. O manuscrito original da coleção de Oviedo encontra-se, hoje, desaparecido, mas a maior parte das cartas é conhecida através de cópias de eruditos.

A esses seis grandes dossiês, devemos juntar duas coleções mais problemáticas: em primeiro lugar, a correspondência de Venâncio Fortunato, reunida a partir de 576¹⁷, cujo estatuto permanece complexo; em seguida, o *Formulário de Marculfo*, que transmite modelos de correspondência diplomática difíceis de datar e de avaliar¹⁸.

No total, podemos estimar que o *corpus* mobilizável aproxima-se de cento e cinquenta cartas, muito próximas cronologicamente, uma vez que foram redigidas entre o início do século VI e o início do século VII. O conjunto do Ocidente, à exceção do mundo anglo-saxão, encontra-se coberto pela documentação.

Ao confrontar tal *corpus*, a primeira dificuldade é definir a natureza do objeto histórico considerado. Nenhuma das coleções epistolares que invocamos são especificamente diplomáticas; em muitos casos, nosso material está misturado a fórmulas administrativas ou a correspondências privadas.

Poderíamos deduzir que a carta de Estado a Estado não possuiria nenhuma especificidade particular para os homens da Alta Idade Média. Contudo, isso seria um erro de apreciação. Nas *Variae*, as correspondências com os soberanos estrangeiros foram sistematicamente destacadas por Cassiodoro: elas formam, em particular, o cabeçalho dos capítulos dos oito livros de correspondência oficial¹⁹. Entre todas, essas cartas gozam de um prestígio particular aos olhos do compilador. Da mesma forma, nas *Epístolas austrasianas*, as vinte e quatro cartas da correspondência de Childeberto II com Bizâncio foram reunidas em uma seção particular, com elementos de rubrica originais, que facilitam a consulta do dossiê²⁰. Mais amplamente, a presença de arquivos diplomáticos reais nas coleções privadas não deve ser entendida como aberrante. Isso é, pelo contrário, um fenômeno normal até o século XVIII. A correspondência secreta com Luís XIV é ainda hoje conservada nos volumes confiados à família Colbert.

¹⁶ FONTAINE, J. King Sisebut's *Vita Desiderii* and the Political Function of Visigothic Hagiography. In JAMES, E. (ed.). *Visigothic Spain: New Approaches*. Oxford, 1980, p. 93-129.

¹⁷ REYDELLET, M. (ed.). Venâncio Fortunato. *Carmina*. Paris, 1994-1998, 3 vol.

¹⁸ *Formulários de Marculfo* 9 e 10 (*Marculfi formularum libri Duo*, edição francesa UDDHOLM, Alf (ed.). Upsalla, 1952, p. 56-59.

¹⁹ Esses livros se distinguem dos livros VI e VII, consagrados às fórmulas, e dos livros XI e XII, consagrados aos atos do próprio Cassiodoro.

²⁰ *Epistolae Austrasicae*, 25-28.

Em suma, aplicar o conceito de cartas diplomáticas à época bárbara certamente não é abusivo. Tal uso deve, simplesmente, permanecer prudente, particularmente em face de certos textos cuja vocação é pouco clara.

Um segundo problema colocado por nosso *corpus* é o de estimar o impacto da transmissão manuscrita sobre o material inicial. Antes da época carolíngia, nenhuma carta diplomática original foi conservada e quase a totalidade de nossos textos foram recopiados em coleções. No entanto, os efeitos da compilação de uma coleção são bem conhecidos.

Em primeiro lugar, uma coleção epistolar não é uma transcrição dos arquivos. O compilador efetua uma triagem, o que significa que ele rejeita as cartas julgadas desinteressantes ou embaraçosas. Esse viés é particularmente forte no caso das coleções elaboradas pelos próprios autores, como Venâncio Fortunato ou Cassiodoro.

Em segundo lugar, um autor de coleção só pode transcrever aquilo de que ele dispõe. Por exemplo, o secretário de Avito de Viena não dispunha de nenhuma carta anterior a 500, devido a uma destruição dos arquivos da catedral nessa data²¹. Da mesma forma, as *Epístolas austrasianas* apresentam uma lacuna completa para os anos 581-583, época em que o partido de Magnerico de Trêves não se encontrava mais no poder²². Não se deve deduzir que as trocas diplomáticas não teriam ocorrido nos períodos que não estão cobertos pela documentação.

Em terceiro lugar, a organização em coleção geralmente leva a modificações nos textos das cartas. Muitos endereços são, dessa forma, simplificados, uniformizados ou, ao contrário, glosados, de maneira a facilitar o trabalho de rubrica. Os casos de redução de endereço são os mais frequentes; este procedimento é quase sistemático no *Registro* das cartas de Gregório Magno, da forma como conhecido pela revisão carolíngia²³. Os desenvolvimentos de endereços são mais raros, mas perceptíveis nas *Epístolas austrasianas*, nas quais o compilador propõe, às vezes, uma explicação dos títulos dos

²¹ WOOD, I. e SHANZER, D. op. cit., p. 8.

²² DUMÉZIL, B. *Brunehaut*. Paris: Fayard, 2008, p. 202-208.

²³ Por exemplo, o endereço transmitido pelo *Registro* na carta IX, 214 é *Gregorius Brunichildae reginae Francorum*, enquanto que, segundo o *Codex Carnotensi* 41 (Século VIII, destruído em 1944) o endereço original seria *Domina e gloriossima at que praecellentissimae filiae Brunichilda e reginae Gregorius episcopus seruus seruorum Dei*.

oficiais bizantinos ou um esclarecimento sobre a identidade de membros pouco conhecidos da família imperial²⁴.

Às vezes, as cartas são igualmente “anonimizadas”, isto é, os nomes dos personagens foram sistematicamente suprimidos. Geralmente, este trabalho nos assinala a vontade de transformar uma carta original em um formulário ou um modelo neutro. O anonimato dos correspondentes pode também corresponder a certa concepção do segredo diplomático. Esse parece ser o caso no dossiê visigótico, em que o nome de um bispo comprometido em uma transferência de fundos duvidosa é voluntariamente suprimido²⁵.

Excepcionalmente, podemos também suspeitar de uma reescrita global da carta por seu redator, alguns anos após o envio efetivo. Tal trabalho pode ser justificado por uma vontade estilística, no caso de Cassiodoro, por exemplo, ou talvez, por certa prudência política. Em resumo, os documentos que recebemos não correspondem, na maioria dos casos, aos textos originais trocados pelas chancelarias do século VI.

O último perigo que o *corpus* apresenta é o de superestimar a importância da carta de Estado no conjunto do processo diplomático. Isso deve nos levar a situar precisamente a inclusão do escrito no processo de negociação.

Quando um rei bárbaro queria se corresponder com um de seus homólogos, o que fazia? Nos palácios bárbaros mais romanizados e mais bem organizados, o soberano dispunha de um funcionário encarregado da composição do texto da carta. Entre os ostrogodos, isso parece ser responsabilidade do *Questor do sagrado palácio*. Entre os francos, a carta diplomática é composta por um personagem qualificado de *dictator*. Sabemos que o conde Gogo se ocupa dessa função nos anos 570²⁶; a tarefa é confiada a Venâncio Fortunato a título temporário - particularmente durante sua passagem pela corte austrasiana, em meados dos anos 580²⁷. Em contraste, entre os burgúndios, a redação das cartas diplomáticas parece um pouco mais improvisada e o redator é escolhido caso a caso. Sigismundo confia sucessivamente essa tarefa a dois de seus bispos²⁸. Em todos os casos, o redator constitui um primeiro filtro entre o pensamento do rei e a mensagem realmente enviada.

²⁴ O endereço da *Epistola Austrasica* 35 a João, *quaestor*, compreende a glosa *hoc est consiliarum*. Da mesma forma, Paulo, destinatário da *Epistola Austrasica* 37, vê seu nome explicitado *hoc est patrem imperatorem*.

²⁵ *Epistolae Wisigoticae*, 11 (MGH Ep. III, p. 677-678).

²⁶ *Epistolae Austrasicae*, 16.

²⁷ *Epistola eAustrasicae*, 43.

²⁸ AVITO DE VIENA, *Ep.* 43.

Uma vez composta, a mensagem passa, em seguida, pelas mãos de um escriba, que é encarregado de estabelecer o texto escrito. Na chancelaria bizantina, esse escriba indica seu nome na parte inferior da folha, de forma a identificar o trabalho efetuado²⁹. Portanto, a qualidade formal da carta diplomática parece possuir certa importância. Nos anos 610, por exemplo, a chancelaria visigótica coloca em dúvida a autenticidade de um documento oficial franco em razão de sua escrita desajeitada³⁰.

Uma vez redigida a carta oficial, é provável que o soberano adicionasse, ele próprio, sua assinatura, assim como algumas palavras. Avito de Viena indica, por exemplo, ter reconhecido a escrita do rei Sigismundo na fórmula de saudação de uma carta com destino a Bizâncio. O imperador de Bizâncio possuía as mesmas práticas, pois, uma vez o texto redigido por seu escriba, ele escreveu, com sua própria mão, ao rei dos Francos: “Que a Divindade te preserve ao longo de muitos anos, meu parente muito cristão e muito carinhoso”³¹.

A mensagem é, em seguida, confiada aos embaixadores, que são encarregados de transmiti-la ao destinatário. Na maior parte dos casos, a carta provavelmente permanecia aberta ao longo do trajeto. Sabemos também que ela é inspecionada na fronteira pela administração do Estado vizinho e que ela serve de carta de credenciamento aos embaixadores em sua chegada ao palácio do rei estrangeiro³².

Notemos, a esse respeito, que uma carta diplomática jamais é enviada sozinha. Para chegar a seu destinatário com o máximo de efeito, a mensagem do soberano a seu homólogo deve se beneficiar de diversas recomendações. As bolsas dos embaixadores tinham, portanto, a tendência de estarem bem cheias. Se tomarmos o caso da embaixada austrasiana, de 587, para Constantinopla, o coração da mensagem está contido em uma pequena carta do rei Childeberto II ao imperador Maurício, acompanhada por uma carta de sua mãe, Brunilda³³. Mas essa dupla carta de Estado é complementada por diversos outros itens. Em primeiro lugar, mensagens de amizade são enviadas a toda a família real bizantina, ou seja, a imperatriz, o pai do imperador, a sua sogra e seu sobrinho, o bispo

²⁹ *Epistolae Austrasicae*, 42.

³⁰ *Epistolae Wisigoticae*, 13.

³¹ MALASPINA, E. (ed.). *Epistolae Austrasicae*, 42, p. 204 : *Divinitas te servet per multos annos, parens christianissime atque amantissime.*

³² Enquanto estão em seu país de origem, os embaixadores dispunham de uma carta de *evectio*, que lhes permitia serem reabastecidos gratuitamente pelos funcionários locais. O único exemplar conservado é o formulário de Marculfo I, 11.

³³ *Epistolae Austrasicae*, 25 e 26.

Domiciano de Mélitène³⁴. Outros itens são destinados a obter a proteção de oficiais influentes na corte de Constantinopla, o mestre de ofícios, o questor, o curador do sagrado palácio, o patriarca e o apocrisiário³⁵. Por segurança, a corte austrasiana pede igualmente a um par de altos funcionários bizantinos que residiam na Itália que protejam a embaixada³⁶. O conjunto desse pacote de cartas testemunha um conhecimento perfeito da facção no poder em Constantinopla.

Esse não é um caso isolado. Em 537, quando o ostrogodo Vitígio escreve a Justiniano para tentar obter a paz³⁷, sua chancelaria pede, ao mesmo tempo, recomendações da parte de diversos bispos³⁸, do governador de Tessalônica³⁹ e do mestre de ofícios do Grande Palácio⁴⁰. Algumas dessas expedições eram puramente formais. Por exemplo, em 585, a chancelaria da Austrásia envia uma carta ao príncipe porfirogeneta Teodósio, que tinha menos de dois anos de idade⁴¹. A entrega da carta possui, dessa forma, mais significado que seu conteúdo.

No conjunto do *corpus*, a preservação dessas peças anexas permanece extremamente rara. Entretanto, quando conservamos uma carta de Estado, é razoável supor que ela constitui somente o último testemunho de uma massa considerável de documentos que visa a obter o sucesso de uma embaixada.

Notemos, finalmente, que a carta é inseparável dos elementos não escritos que a cercam. Assim, uma mensagem diplomática é entregue tanto pela carta quanto pelos presentes que a acompanham. Em uma carta ao governador de Cartagena, o rei visigodo Sisebuto declara que, a seus olhos, os presentes possuíam tanto valor quanto as palavras⁴². A escolha do presente constitui, portanto, um momento essencial do processo diplomático. Teodorico, o Grande, gostava, então, de enviar aos seus homólogos cítaras e relógios, dois tipos de presentes que lhe pareciam representativos da harmonia universal que ele gostaria de instaurar⁴³. O rei dos ostrogodos também explica, em uma de suas cartas a Boécio, que os pequenos presentes diplomáticos bem escolhidos são mais

³⁴ *Epistolae Austrasicae*, 29, 30, 33.

³⁵ *Epistolae Austrasicae*, 31, 32, 34, 35, 36.

³⁶ *Epistolae Austrasicae*, 39 e 38.

³⁷ CASSIODORO, *Variae*, X, 32.

³⁸ CASSIODORO, *Variae*, X, 34.

³⁹ CASSIODORO, *Variae*, X, 35.

⁴⁰ CASSIODORO, *Variae*, X, 33.

⁴¹ *Epistolae Austrasicae*, 43.

⁴² *Epistolae Wisigoticae*, 4, p. 666: *simul et uerbis a uobis ditamur et munere*.

⁴³ Sobre a ideia de harmonia e de superioridade técnica: CASSIODORO, *Variae*, I, 45; SHANZER, D. Two Clocksand a Wedding; Theodoric's Diplomatic Relation with the Burgundians. *Romano barbarica*, 14, p. 225-258, 1996-1997.

eficazes para obter aquilo que se busca do que o uso das armas ou o pagamento de grandes somas ⁴⁴. Homem inteligente, Teodorico sempre agradecia bastante a seus correspondentes pelos presentes que recebia e sempre encontrava nesses objetos qualidades simbólicas a celebrar, mesmo quando seu valor objetivo não parecia ser considerável⁴⁵.

Indiquemos também que os objetos e os escravos enviados como presentes diplomáticos eram colocados sob a proteção do direito sagrado das legações. Alguns textos mostram que o pessoal diplomático aproveitava-se, dessa forma, da mala diplomática para realizar suas próprias compras no estrangeiro, em *duty-free*⁴⁶.

Finalmente, uma carta não pode ser pensada de maneira independente de seu portador. A escolha da pessoa do embaixador é, portanto, essencial: enviar um bispo, um conde ou um guarda do tesouro não possuía o mesmo significado, e, certamente, cada um desses tipos não era recebido da mesma forma. Melhor enviar um eclesiástico para negociar a paz ou obter uma troca de prisioneiros. Por outro lado, para discutir assuntos mais secretos, o expedidor prefere enviar um oficial de sua casa ou mesmo um de seus parentes⁴⁷.

O número de membros da legação também possuía certo significado. Para uma embaixada ordinária, eram escolhidos geralmente dois embaixadores. O aumento desse número testemunha a importância particular dada à missão. Teodorico, o Grande, escolhe, assim, dez personagens de alto escalão, incluindo o papa João I, para compor a embaixada a Constantinopla de 526⁴⁸.

Acrescentemos que a memória dos embaixadores contém a verdadeira mensagem enviada pelo rei. Na verdade, a maioria das cartas diplomáticas não possuía um conteúdo objetivo: elas se contentavam em dar crédito ao portador da carta e em confirmar que ele havia recebido instruções oralmente. Algumas alusões escritas permitiriam, provavelmente, aos dois correspondentes se assegurarem de que os embaixadores não modificariam o teor da mensagem que foram encarregados de transmitir. Mas, para nós, tudo permanece bastante misterioso. Contento-me em apresentar uma mensagem enviada pelo papa ao palácio franco da Austrásia em 602:

⁴⁴ CASSIODORO, *Variae*, I, 45.

⁴⁵ Por exemplo: CASSIODORO, *Variae*, V, 1 e 2.

⁴⁶ *Epistolae Austrasicae*, 21.

⁴⁷ É particularmente o caso do duque Lombardo Grasnolfo ao fim dos anos 570 (*Epistolae Austrasicae*, 48).

⁴⁸ O anônimo *Valesiano*, 90, ed. e trad. alemã. KÖNIG, I. *Aus der Zeit Theoderichs des Großen*. Darmstadt, 1997, p. 92.

Informamos que, como pede vossa carta, transmitimos uma mensagem secreta aos ilustres homens Burgoaldo e Varmaricário, (...) legados de Vossa Excelência. De sua parte, tudo aquilo que eles teriam sido ordenados a nos dizer, saiba que eles nos revelaram, por um relato minucioso. A esse respeito, tomaremos o cuidado de, no futuro, informar Vossa Excelência daquilo que será cumprido. Pois, de nossa parte, com a ajuda de Deus, desejamos muito fortemente, realizar tudo que é possível e tudo que é útil para estabelecer a paz entre vós e o Império⁴⁹.

Sobre o real teor desta negociação, na qual Gregório Magno é o intermediário, não sabemos mais nada.

II - Estrutura e língua da carta diplomática

Desse conjunto de pessoas, objetos e palavras que formava o envio diplomático, só nos resta, infelizmente, a ponta do iceberg, ou seja, o escrito. Observemos agora a lógica de sua composição.

Nenhuma chancelaria parece ter usado um formulário único e os redatores conservavam certa margem de liberdade para formular a mensagem que seu mandatário gostaria de enviar. Entretanto, a herança romana comum e a regularidade das trocas entre os Estados parecem ter contribuído com certa uniformização das práticas da escrita diplomática em escala europeia. Salvo exceção, a composição da carta é, portanto, extremamente rígida. Em sua forma, a carta diplomática não difere profundamente da carta privada tardo-antiga.

O endereço situado no início do documento sempre contém os títulos do remetente e do destinatário, sob uma forma bem ampla para permitir a apresentação de eventuais laços hierárquicos.

Segue-se o exórdio, que admite duas formas: seja a carta iniciada pela declaração de generalidades morais ou religiosas, expostas sob a forma de *sententiae* impessoais; seja o texto começado pelo anúncio da boa recepção de uma embaixada ou de uma mensagem precedente.

⁴⁹ GREGÓRIO MAGNO, *Ep.* XIII, 5 (CC 140A, p. 998): (...) *indicamus illustribus filiis nostris, uestrae uero excellentiae famulis ac legatis, Burgoaldo et Vuarmaricarius nostrum nos secundum scripta uestra praebuisse secretum. Qui omnia quae sibi iniuncta dixerunt subtil inobis insinuatione reserasse noscuntur. De quibus curae nobis erit sequenti tempore excellentiae uestrae quid actum fuerit indicare. Nam nos, quicquid possibile, quicquid est utile et ad ordinandam pacem interuos et rem publicam pertinet, summa Deo auctore cupimus deuotione compleri.*

Outra parte da carta, quase obrigatória, é a fórmula de saudação, que pode permanecer mínima ou se encontrar bem desenvolvida, sob a forma de votos de prosperidade endereçados ao correspondente. Frequentemente, esta saudação encontra-se situada no meio da carta diplomática e não ao fim, como é o uso corrente para a carta privada.

Finalmente, a carta termina com o conteúdo da mensagem enviada, que é geralmente sintético e alusivo. Esta última parte do texto contém, além disso, uma recomendação em favor dos embaixadores ou portadores da carta de resposta.

A partir desse esquema quase imutável, toda a habilidade do redator deve ser lida no jogo das variações.

Para o endereço, o redator pode, assim, tentar modificar toda ou parte da titulação oficial dos interventores. O imperador Maurício, por exemplo, esquece voluntariamente seu título de “Vencedor dos Francos” em sua correspondência com os Merovíngios⁵⁰, ao passo que o utiliza em relação aos seus correspondentes orientais. Inversamente, a rainha Brunilda atribui a seu sobrinho, Atanagildo, o título de “rei” dos Visigodos, que ele não possuía verdadeiramente por direito⁵¹. Quanto a Sisebuto, ele inventa um parentesco simbólico com o seu homólogo lombardo⁵².

Da mesma forma, a escolha da generalidade preliminar pode servir para dar o tom da carta. Uma carta visigótica dos anos 610 começa recordando que Deus queria tanto a existência de fronteiras entre os reinos quanto a unidade da fé entre os cristãos. A mensagem pode, então, continuar com uma reflexão sobre o direito de ingerência nas questões dos outros povos católicos⁵³.

Mesmo a fórmula de saudação permite jogos sutis. Assim, quando o rei dos Ostrogodos se irrita com Clóvis, em 507, sua carta não inclui uma fórmula de saudação, enquanto que, no mesmo momento, os reis vizinhos recebem fortes votos de prosperidade⁵⁴.

⁵⁰ *Epistolae Austrasicae*, 42. Segundo Agatias (*Histoires*, I, 4) Teodeberto I já havia criticado o uso dos termos *Francicus*, *Alamanicus*, *Gepidicus* et *Langobardicus* por Justiniano. No entanto, Justiniano jamais utilizou os dois últimos epítetos, que só aparecem a partir de Justino II. O suposto precedente de Teodeberto I, no entanto, pode ser mencionado pelos embaixadores francos de 580 para pedir a Maurício que reduzisse suas reivindicações: ver WHITBY, M.. *The Emperor Maurice and his historian*. Oxford: clarendon Press, 1988, p. 4-5.

⁵¹ *Epistolae Austrasicae*, 27.

⁵² *Epistolae Wisigoticae*, 9.

⁵³ *Epistolae Wisigoticae*, 12.

⁵⁴ CASSIODORO, *Variae*, III, 4 (a Clóvis) ; III, 1 (a Alarico) ; III, 2 (a Gondebaldo) et III, 3 (aos reis dos Turíngios, dos Hérulos e dos Warnes). A carta que Teodorico enviou a Clóvis em 506 (*Variae*, II, 40) ainda compreende as formas de saudação normais.

Enfim, no conteúdo da mensagem, um redator pode, de repente, decidir renunciar a expressões alusivas e falar abertamente da questão em pauta. Tal recurso é um pouco rude em contexto diplomático, mas permite a um redator mostrar sua irritação ou, talvez, pôr em causa a fiabilidade dos embaixadores estrangeiros⁵⁵.

A língua de trocas diplomáticas merece igualmente ser examinada de perto. A princípio, todo *dictator* deve visar à clareza, especialmente se a carta que ele redige deve passar pelos serviços de um tradutor. É o que declara Avito de Viena, quando dá conselhos ao rei dos burgúndios para escrever a Bizâncio. Ele acrescenta: “Meu latim seria um pouco exigente demais e ambicioso para as orelhas gregas; (os bizantinos) considerarão que alguma coisa um pouco menos trabalhada será mais fácil de compreender”⁵⁶.

Entretanto, na tradição epistolar tardo-antiga, a função de uma carta não é a de passar uma mensagem clara. Sua finalidade se resume mais em representar o locutor diante do receptor. O escrito tem por objetivo abolir a distância entre os dois interventores⁵⁷. No entanto, na maior parte dos casos, o locutor busca representar-se como um homem culto. Para ele é necessário, assim, demonstrar seu domínio da língua latina. Para um bárbaro, o domínio estilístico é ainda mais importante, pois ele permitiria se elevar ao nível da civilização romana. Por volta de 620, o rei dos Visigodos, Sisebuto, e o exarca bizantino, Cesáreo, rivalizam na retórica afetada⁵⁸, enquanto suas tropas continuam a combater com armas bem menos cortesias.

Quanto a Cassiodoro, ainda que aceite reprimir seu estilo habitual quando escreve ao rei dos wárnes em nome do ostrogodo Teodorico, ele mantém um vocabulário suficientemente refinado para se impor aos “rústicos” do Mar do Norte⁵⁹.

No entanto, quando realmente havia necessidade de transmitir informações, as chancelarias sabiam encontrar as vias da comunicação eficaz. Nos anos 570, o palácio da Austrásia busca se fazer compreender por um astuto duque lombardo chamado Grasulfo. A mensagem que lhe é enviada foi escrita em um latim extremamente claro⁶⁰. O mesmo

⁵⁵ Antes de deixar as banalidades habituais e entrar em uma prosa um pouco mais combativa, Bulgar da Septimânia utiliza a fórmula *si ueniam tribuitis* (*Epistolae Wisigoticae*, 13, ed. cit., p. 680).

⁵⁶ AVITO DE VIENA, *Ep.* 49 (ed. cit., p. 77): *importune obstreper et Graecis auribus sermo Latinus. At cum in lingua nostrao hox magis habituris intintellegibile, quo minus fuerit expolitum (...)*.

⁵⁷ Ver GIOANNI, S. *Ennode de Pavie*: Lettres, Livres I et II. Paris, 2006, p. XXXVI-XLII.

⁵⁸ *Epistolae Wisigoticae*, 3, 4, 5 e 6.

⁵⁹ CASSIODORO, *Variae*, V, 1.

⁶⁰ *Epistolae Austrasicae*, 48.

ocorre com as trocas entre o exarca de Ravena e Brunilda, em 591⁶¹. Nesse caso, um sinal é inequívoco: a carta é muito mais longa e explícita que a prosa diplomática ordinária.

III - Exploração

Tendo em mente os perigos da transmissão textual e da forma epistolar, podemos agora propor alguns elementos de exploração do material para estudar a questão da violência pública.

1. Os atores da negociação

Em primeiro lugar, as cartas diplomáticas revelam todos os grandes atores da negociação. Muito cedo, vemos o soberano bárbaro assumir o papel de pacificador, não somente no interior de seu reino, mas, igualmente, nas relações internacionais. Desde o início do século VI, os reis pretendem garantir a paz e a justiça universais.

É suficiente ler, a esse respeito, a primeira frase do livro I das *Variae* de Cassiodoro, que se inicia por uma carta endereçada por Teoderico, o Grande, ao imperador Anastácio: “*Oportet nos, clementissime imperator, pacem quaerere, qui causas iracundiae cognoscimus non habere*” (“Convém, clementíssimo imperador, que busquemos a paz, nós que não temos claramente nenhuma razão para sermos levados à cólera”).

Nenhum rei, nessas cartas diplomáticas, valoriza a guerra, mesmo que esteja a ponto de lançá-la contra seu interlocutor. Em 536, o ostrogodo Vitígio, ao contrário, lamenta as violências exercidas pelos exércitos quando escreve ao imperador Justiniano⁶². Em torno de 615, o visigodo Sisebuto igualmente declara ao patrício bizantino de Cartagenas que toda sua felicidade foi arruinada pela ideia do sangue derramado nos combates⁶³.

Nisso, o vocabulário das trocas diplomáticas corresponde ao dos outros instrumentos da propaganda real. Sabemos que Teodeberto I, o grande conquistador

⁶¹ *Epistolae Austrasicae*, 40.

⁶² CASSIODORO, *Variae*, X, 32.

⁶³ *Epistolae Wisigoticae*, 4, p. 665. Este texto muito provavelmente irá influenciar a crônica de Fredegário.

merovíngio, cunha sobre suas moedas a legenda “*Pax et libertas*”⁶⁴. Em suas cartas, ele fala de *amicitia*, de *dilectio*, de *caritas* e da *utilitas communis*⁶⁵, nunca de ódio ou de violência.

Se o rei gosta de representar a paz, a rainha deve encarnar o bom conselho, que leva ao apaziguamento entre as partes. Tal parece ser a função dos duplos envios de cartas diplomáticas: frequentemente, um rei redige para seu homólogo uma carta bastante formal, enquanto sua esposa oferece à rainha estrangeira uma carta mais íntima. Assim, em 535, o rei dos Ostrogodos Teodato escreve ao imperador Justiniano, enquanto sua esposa, a rainha Gudeliva, escreve à imperatriz Teodora⁶⁶. Os dois tipos de envio se completam e visam, nesse caso, apaziguar as relações entre os dois Estados após o assassinato de Amalasonta.

A dupla expedição ganha sempre ares ligeiramente assimétricos. Brunilda desempenha isso perfeitamente nos anos 580, quando, junto às mulheres da família imperial, tenta obter a libertação de seu neto, refém em Bizâncio⁶⁷. Ao mesmo tempo, seu filho Childeberto II envia cartas muito mais neutras ao imperador.

Quando a discussão é oficialmente rompida entre os soberanos, as mulheres podem continuar a se corresponder. Essa diplomacia paralela permite, às vezes, de se chegar à paz salvaguardando a honra e as aparências. É isso que mostra os contatos de Gregório Magno com a rainha dos lombardos, Teodelinda⁶⁸, ou da franca Radegunda com a imperatriz Sofia⁶⁹. Passar pelas soberanas também permite realizar negócios um pouco mais obscuros. Quando, em 575, o bispo de Paris, Germano, planeja traír o rei da Nêustria, Chilperico, e passar sua cidade para o campo austrasiano, escreve à rainha Brunilda, e não a seu marido Sigeberto I⁷⁰. A carta diplomática toma a aparência de uma carta privada de conselho espiritual. Ninguém poderia, portanto, acusar Germano de alta traição.

As cartas diplomáticas do século VI revelam também o grande papel que os bispos desempenham na negociação da paz, sobretudo quando ocupam sés estratégicas. É o caso

⁶⁴ CALLU, J.-P. *Pax et Libertas: une légende monétaire de Théodebert Ier*. In: *Mélanges offerts à Jean Lafaurie*. Paris, 1980, p. 189-199.

⁶⁵ *Epistolae Austrasicae*, 19 e 20.

⁶⁶ CASSIODORO, *Variae*, X, 19-26.

⁶⁷ *Epistolae Austrasicae*, 29, 30 e 44.

⁶⁸ GREGÓRIO MAGNO, *Ep.*, IV, 4 (setembro de 593); IV, 33 (julho de 594); IX, 67 (novembro ou dezembro de 598) e XIV, 12 (dezembro de 603).

⁶⁹ GREGÓRIO DE TOURS, *Decem Libri Historiarum*, IX, 40; *Vita Radegundis*, II, 16; FORTUNATO, *Carm. App.* 2

⁷⁰ *Epistolae Austrasicae*, 9.

de Arles para a Provença⁷¹, de Milão para a Itália⁷², mas, igualmente para Rodez, situada na fronteira entre o mundo franco e visigodo⁷³. Como no século V, os bispos intervinham entre os funcionários das delegações. Vemo-los também cada vez mais envolvidos com a logística das embaixadas⁷⁴ e com os conselhos ao soberano.

Quando age como diplomata, o homem da Igreja não é necessariamente um homem de paz. Assim, um dos raros atores a exigir a guerra regularmente é o papa. Em 550, Pelágio I pede a um rei merovíngio para se envolver nas operações contra os Godos e que fosse defender Roma⁷⁵; seu sucessor, Pelágio II, renovou o pedido, em 580, para se proteger dos lombardos⁷⁶. Dois séculos antes de Carlos Magno, um projeto de aliança militar entre os francos e o papado já é mencionado.

Se os bispos assumem um papel importante nos assuntos diplomáticos, no entanto, somos surpreendidos com a ausência de envolvimento direto dos aristocratas na prosa diplomática. Do ponto de vista das chancelarias, somente o rei tem o poder de fazer a guerra ou a paz. Quando são consultados, os funcionários, tanto bárbaros quanto bizantinos, se declaram sempre incompetentes para realizar a negociação de verdade⁷⁷. A função dos Grandes se resume a participar das legações oficiais.

Excepcionalmente, uma carta mostra que os duques austrasianos negociaram uma trégua em separado de dez meses com os lombardos, em 591, sem tomar o conselho de seu soberano⁷⁸. Mas talvez não se trate de um verdadeiro acordo de paz, e sim de uma interrupção temporária das operações ao longo de um pico da epidemia de peste.

No conjunto do *corpus* considerado, o único personagem não real a negociar a guerra e a paz é um duque lombardo do fim dos anos 570⁷⁹. Isso confirma a impressão de desordem na Itália ao longo do grande interregno entre Cleph e Autari. Os duques lombardos assumem as funções reais e se comportam como pequenos “condottieres” independentes.

⁷¹ *Epistolae Arelatenses genuinae*, 44.

⁷² *Epistolae Austrasicae*, 46 ; GREGÓRIO MAGNO, *Ep.* IV, 2 et 37.

⁷³ O papel de Vero de Rodez em uma negociação de aliança entre a Austrásia e o reino visigodo é mencionado pela *Epistola Wisigotica* 12.

⁷⁴ Por exemplo: *Epistolae Arelatenses genuinae*, 48.

⁷⁵ *Epistolae Arelatenses genuinae*, 45.

⁷⁶ *Epistolae aevi Merovingici*, 9.

⁷⁷ Ver, por exemplo, a carta do exarca Cesario (*Epistola Wisigotica*, 3), que se propõe, simplesmente, a servir de intermediário entre o rei dos Visigodos, Sisebuto, e o imperador Heráclio.

⁷⁸ *Epistolae Austrasicae*, 40.

⁷⁹ *Epistolae Austrasicae*, 48.

2. Argumento e ideologia

Se as cartas diplomáticas fornecem um retrato interessante dos atores da negociação, elas constituem também uma fonte pertinente para abordar a ideologia política através dos argumentos utilizados.

O primeiro elemento notável é a escolha do vocabulário empregado. Em primeiro lugar, e isso é uma surpresa, nenhuma carta conservada utiliza abertamente adjetivos infames⁸⁰. Aparentemente, a retórica do insulto é considerada como contra produtiva. Nos anos 550, Teodebaldo escreve ao imperador Justiniano que ele estaria errado ao caluniar seu pai, Teodeberto I: nada de bom pode resultar de más insinuações⁸¹. Aqui é o bárbaro que acusa o romano de ceder à violência verbal.

Inversamente, as cartas diplomáticas estão repletas de termos que evocam a harmonia (*concordia*) e o bem comum (*utilitas communis*). Quase todas as cartas utilizam uma dessas palavras ou um sinônimo⁸². Os conceitos políticos da propaganda romana penetraram profundamente o pensamento das chancelarias bárbaras. O rei Sisebuto é um bom amigo de Isidoro de Sevilha e os diplomatas austrasianos se orgulham, com ou sem razão, de serem formados pela leitura de Cícero.

Tudo isso leva à recusa, no plano das relações entre Estados, da ideia de que os bárbaros teriam sido particularmente sensíveis ao insulto e à honra. A única menção ao termo “vingança” aparece sob a pluma de Vitígio, que pergunta ao imperador Justiniano se foi por tal motivo que ele atacou a Itália⁸³. Paradoxalmente, a vingança é apresentada como própria ao temperamento romano, não à mentalidade bárbara.

Em seguida, nos impressionamos pelo alto grau de cristianização da negociação, e isso em uma data extremamente precoce⁸⁴. Assim, a passagem de João 14,27 “Eu vos dou a paz, eu vos deixo a paz” é utilizada como argumento diplomático no seio de uma

⁸⁰ Por exemplo, o conteúdo bastante agressivo da *Epistola Wisigotica* 13 não afeta de forma alguma sua forma, complexa, e elegante.

⁸¹ *Epistolae Austrasicae*, 18.

⁸² LE JAN, R. Le lien social entre Antiquité et haut Moyen Âge: l'amitié dans les collections de lettres gauloises. In: *Akkulturation, Probleme einer germanisch-romanischen Kultur synthese in Spätantike und frühem Mittelalter (Ergänzungsbände zum Reallexikon der Germanische Altertumskunde, vol. 41)*. Berlin-Nova Iorque, 2004, p. 528-546.

⁸³ CASSIODORO, *Variae*, X, 32 (ed. cit., p. 415): *Nam si uindicta regis Theodahadi quaeritur debeat, mereor diligi; si commendation diuae memoriae Amalasuinthae reginae prae oculis habeatur, eius debet filia cogitari (...)*.

⁸⁴ Sobre a rápida cristianização da ideologia política merovíngia: CÂNDIDO DA SILVA, M. A *Realeza Cristã na Alta Idade Média. Os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII)*. São Paulo, 2008.

correspondência profana⁸⁵. Esses argumentos piedosos são, no entanto, plásticos. Por exemplo, a solidariedade necessária entre as cristandades afastadas é evocada pelo papa, nos anos 550, para chamar os francos a combater os ostrogodos⁸⁶; em seguida, nos anos 580, pelo rei Childeberto II para pedir a paz com Bizâncio⁸⁷. É preciso também notar que a concórdia entre Estados cristãos geralmente se resume a um acordo de não agressão. Assim, em 612, quando o reino cristão da Austrásia é atacado pelos ávaros pagãos, os visigodos multiplicam as garantias de paz e enviam dinheiro ao rei franco; mas não fazem mais do que isso⁸⁸.

Ao lado das motivações religiosas, as cartas diplomáticas da Alta Idade Média mencionam razões muito mais profanas para se fazer a paz. Em primeiro lugar, é possível ser levado a escolher a paz porque se é forçado. Esse é todo o conteúdo da política europeia de Teodorico, o Grande. No início do século VI, o mesmo tenta costurar uma aliança com os burgúndios, os hérulos, os warnes e os turíngios para obrigar Clóvis a permanecer quieto. Se alguma vez o rei dos francos atentasse contra a *pax ostrogothica*, ele estaria ameaçado por um ataque na retaguarda⁸⁹. No século VI, o equilíbrio do terror já permite preservar a paz entre as grandes nações europeias.

Outra razão profana de renunciar ao conflito pode ser encontrada nos interesses econômicos. Um rei bárbaro pode preferir a paz à guerra simplesmente porque a primeira o beneficia mais. Por exemplo, a partir dos anos 590, os francos da Austrásia decidem cessar suas expedições anuais contra os lombardos: eles tinham, na verdade, negociado um tributo de doze mil soldos de ouro, que compensava amplamente o déficit das pilhagens⁹⁰. Em 612, os visigodos pedem aos francos da Burgúndia para lhes entregar duas localidades fronteiriças em troca do esquecimento de um recente *casus belli*⁹¹.

Aquilo que as fontes narrativas permitem vagamente supor se encontra confirmado pelo vocabulário das trocas diplomáticas. Assim, se observamos o *corpus* de vinte quatro epístolas diplomáticas, escritas entre 579 e 590, conservadas nas *Epístolas*

⁸⁵ Carta de Bulgar da Septimânia a um bispo austrasiano (*Epistulae Wisigoticae*, 12, *ed. cit.*, p. 679): *Obinde tuam sanctitatem de uita humilitate deposco, ut, quantum dominum diligis Iesum, qui pacem preteritis seculis de reliquit futuris, huius confirmatione pro pacis tantum intentere dignetis delectabiliter(...)* ».

⁸⁶ *Epistolae Arelatenses genuinae*, 45.

⁸⁷ *Epistolae Austrasicae*, 43 e 46.

⁸⁸ *Epistolae Wisigoticae*, 11 e 12.

⁸⁹ CASSIODORO, *Variae*, III, 3.

⁹⁰ FREDEGÁRIO, *Crônica*, IV, 45.

⁹¹ *Epistolae Wisigoticae*, 13.

austrasianas, constatamos que a ideia de paz se encontra ligada à ideia de prosperidade ou de lucro em dezesseis casos⁹².

A mesma análise pode ser conduzida em relação aos textos ostrogodos. Nas cartas que Teodorico, o Grande, envia aos reis bárbaros em 507, dois temas são tratados alternadamente: a prosperidade e a ruína⁹³. A paz leva à prosperidade; a guerra, à ruína. As outras motivações, inclusive a justiça, são sempre bastante secundárias. Quanto à glória militar, ela sempre vem em último lugar.

Finalmente, o parentesco constitui um argumento frequente para fazer a paz nas cartas diplomáticas. Esse tema jamais é utilizado para clamar vingança, mas, ao contrário, para convidar ao apaziguamento das tensões. Uma das cartas de Teodorico, o Grande, a Clóvis começa assim:

A divina Providência quis que os direitos do parentesco por aliança unissem os reis para garantir que se obtenha a paz tão amada pelos povos (...). É necessário que os reis se associem pelos laços familiares, para que as nações divididas possam se glorificar de uma vontade comum⁹⁴.

Como em toda família, não é a união de sangue, mas, o princípio de autoridade que permite apaziguar os conflitos. Os reis mais velhos e poderosos se consideram no direito de impor a paz a seus parentes mais jovens. Teodorico escreve, nesse sentido, ao rei dos Burgúndios, Gondebaldo, para que sua velha sabedoria o ajude a dirigir o concerto europeu⁹⁵. Inversamente, Teodorico reprova os jovens Alarico II e Clóvis: “Vocês são reis de grandes povos, ambos na flor da idade. Não embarquem os seus reinos de maneira leviana”⁹⁶.

Essa diplomacia da família envolve, às vezes, indivíduos muito novos, sejam eles reféns ou princesas casadas no estrangeiro. O laço familiar ameaçado pela distância oferece aos redatores de cartas a possibilidade de se ultrapassar no registro das emoções. Childeberto II e Brunilda produzem, dessa maneira, cartas angustiantes para exigir o retorno do jovem parente Atanagildo, aprisionado em Bizâncio⁹⁷. O sentimento familiar, no entanto, só é mencionado quando ele serve às necessidades do momento. Ele

⁹² *Epistolae Austrasicae*, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45.

⁹³ CASSIODORO, *Variae*, III, 1, 2, 3, 4.

⁹⁴ CASSIODORO, *Variae*, III, 4.

⁹⁵ CASSIODORO, *Variae*, III, 2.

⁹⁶ CASSIODORO, *Variae*, III, 4.

⁹⁷ *Epistolae Austrasicae*, 27, 28, 43, 44, 45.

complementa outros argumentos e jamais constitui a única justificativa para o processo de paz.

3. As modalidades da negociação

Se os argumentos mencionados nas cartas diplomáticas também podem ser encontrados em outras fontes, nós somos, no entanto, surpreendidos pelas modalidades da negociação epistolar, bem diferentes daquelas mencionadas nas fontes narrativas.

Nas crônicas, guerra e paz se negociam por rituais públicos e por gestos demonstrativos. Os soberanos colocam-se em tronos de igual altura e multiplicam os sermões solenes manipulando relíquias ou beijando-se em público. De tempos em tempos, um rei toca a barba de seu interlocutor, em sinal de submissão, ou bebe no crânio de seu inimigo vencido, pelo ódio e pelo desafio. Em resumo, a diplomacia bárbara das crônicas deleita o antropólogo.

A diplomacia epistolar é totalmente diferente. É um duelo de inteligência, frio, sofisticado, elegante e desprovido de emoção.

Ao ler as cartas, o ponto mais importante da negociação é, simplesmente, gerenciar a duração das próprias negociações. A guerra só pode ser realizada no verão. Além disso, ao longo do inverno, o Mediterrâneo encontra-se fechado à navegação e as embaixadas são bloqueadas. Todo atraso na discussão provoca, portanto, um atraso de um ano, às vezes dois, nas operações militares. No entanto, durante este tempo, muitas coisas podem mudar. Cada protagonista é perfeitamente consciente disso e uma boa parte da discussão está centrada no estabelecimento do calendário das negociações.

Os reis bárbaros sabem perfeitamente como estagnar uma discussão. Para evitar a negociação, você pode, então, fingir que seus embaixadores sofreram um naufrágio e não ousariam se apresentar sem presente diante de seu destinatário. É uma história desse tipo que o rei Recaredo evoca para explicar o longo silêncio que manteve com Gregório Magno⁹⁸. Pode também se queixar da lentidão dos embaixadores estrangeiros, que chegaram à sua residência no dia 22 de setembro, quando o verão havia terminado. Teodeberto I consegue, assim, retardar em um ano o envio de 3.000 homens para a Itália, em auxílio aos Bizantinos⁹⁹. Os adeptos da procrastinação sabem também reduzir ao máximo a capacidade de negociação de seus próprios embaixadores. Em 585, o imperador

⁹⁸ Carta de Recaredo a Gregório Magno cf. VIVES J. (ed.). *Concilios visigóticos e hispano-romanos*. Barcelona-Madrid, 1963, p. 145.

⁹⁹ *Epistolae Austrasicae*, 19.

Tibério se queixa de que os legados de Childeberto II não dispunham de nenhuma latitude para discutir uma aliança militar. Os Bizantinos exigem então plenipotenciários e não apenas simples figurantes¹⁰⁰.

Em caso de um infortúnio, um rei sempre pode interditar aos embaixadores estrangeiros passar por seu território. É o que fazem os ostrogodos, em 516, para impedir os burgúndios de negociar com Bizâncio¹⁰¹. No pior caso, só resta aprisionar os legados incômodos, é o que faz Brunilda, em 612, o que provoca a cólera dos visigodos¹⁰². No entanto, está fora de cogitação assassinar o pessoal diplomático e nenhuma carta menciona o desaparecimento em missão. O direito das embaixadas, respeitado por todos, torna a vida de um legado sagrada. Além disso, atrasar um embaixador diplomático é mais eficaz e econômico do que eliminá-lo.

A maior parte das discussões de Estado ocupa-se, portanto, em justificar os atrasos das legações. No conjunto dos dossiês conservados, ficamos, assim, estupefatos com a relutância dos reis bárbaros em relação à ideia de abrir hostilidades. Às vezes, porém, uma embaixada chega a tempo, portadora de uma declaração de guerra em boa e devida forma. Neste caso, podemos supor que a discussão se interrompe. Segundo Teodorico, o Grande, não é necessariamente esse o caso, como escreveu a Clóvis em 506, no momento em que esse último estava prestes a atacar os visigodos: “Trata-se de impetuosidade impaciente precipitar-se sobre as armas a partir da primeira embaixada”¹⁰³.

Na realidade, para evitar a guerra, sempre é possível recorrer àquilo que os franceses chamam pudicamente de “contraespionagem”. Cada Estado mantém uma rede de informantes no estrangeiro, e bispos de sés fronteiriças frequentemente fazem o papel de agentes duplos¹⁰⁴. Uma vez a informação obtida, resta apenas utilizá-la no momento oportuno. Em 506, Teodorico anuncia a Clóvis, de forma velada, que ele sabe perfeitamente que os francos negociaram uma aliança inversa com Bizâncio¹⁰⁵. Na falta de uma fonte de conhecimento fiável, sempre se pode entrar em uma guerra de comunicados. Em 612, os visigodos afirmam, assim, que a Burgúndia fez um acordo com

¹⁰⁰ *Epistolae Austrasicae*, 42.

¹⁰¹ AVITO DE VIENA, Ep. 94.

¹⁰² *Epistolae Wisigoticae*, 13.

¹⁰³ CASSIODORO, *Variae*, III, 4

¹⁰⁴ Isso provavelmente explica o anonimato da *Epistola Wisigotica* 11.

¹⁰⁵ CASSIODORO, *Variae*, III, 4.

o Khan dos ávaros para atacar a Austrásia¹⁰⁶. Este suposto conluio de um Estado cristão com os pagãos permite desacreditar o inimigo.

Conclusão

Seria um equívoco deduzir dessa leitura das cartas diplomáticas que a violência de Estado não existe no mundo bárbaro. Simplesmente, a guerra não é mais desenfreada do que seria a *faida*. Por trás dos apetites por pilhagem e das emoções violentas denunciadas pelos cronistas, percebem-se raciocínios “racionais” que conduziriam tanto à paz quanto ao enfrentamento.

Em primeiro lugar, a guerra de dois Estados poderosos tem um custo material, financeiro e humano que os soberanos identificam muito bem. Não apenas as cartas mencionam constantemente os laços entre paz e prosperidade, mas cada palácio se mostra capaz de calcular os efetivos que envia ao combate¹⁰⁷, de estimar os lucros obtidos pela negociação¹⁰⁸ ou de quantificar os ganhos territoriais, localidade a localidade¹⁰⁹. Não se deve lançar, portanto, em um conflito em um acesso de raiva; é preciso calcular a relação entre riscos e benefícios antes de se tomar uma iniciativa.

Além disso, os conselheiros, os Grandes e os bispos intervêm constantemente no processo diplomático. Ainda que um rei possua, teoricamente, o poder de fazer a guerra e a paz, o início de um conflito certamente não está entregue apenas ao seu arbítrio.

Finalmente, os valores cristãos, as relações familiares e os interesses indiscutivelmente fazem com que os Estados tentem limitar as efusões de sangue. É, ao menos, um argumento que permite reestabelecer a paz, uma vez obtido aquilo que se buscava com a guerra.

É em tal contexto que é preciso compreender as trocas epistolares entre reis bárbaros. Longe de se resumir a elucubrações utópicas e verborrágicas, as cartas diplomáticas desenvolvem uma reflexão pragmática: elas provam que as chancelarias poderiam recorrer, alternativamente, à mediação, à negociação, ao direito ou a uma violência graduada na relação de Estado a Estado. Dois Estados poderiam se enfrentar, mas eles não romperiam de vez toda a discussão. Um dia, na verdade, talvez seja necessário que eles se entendam de novo, para confrontar um inimigo comum.

¹⁰⁶ *Epistolae Wisigoticae*, 11 e 12.

¹⁰⁷ *Epistolae Austrasicae*, 19.

¹⁰⁸ *Epistolae Wisigoticae*, 11.

¹⁰⁹ *Epistolae Austrasicae*, 40.

Conflitos públicos e conflitos privados parecem, dessa forma, ter recebido modos de resolução comparáveis. Multiplicar os procedimentos e as palavras certamente não significa extinguir totalmente as desordens. Basta que se mantenha a violência nos limites do razoável e, sobretudo, do rentável.

Anexo: a estrutura da carta diplomática

Carta de Brunhilda ao imperador Maurício (cerca de 586)¹¹⁰

Endereço	<i>DOMINO GLORIOSO, PIO, A RAINHA BRUNHILDA AO PERPETUO, INCLITO, IMPERADOR MAURÍCIO, SENHOR TRIUMPHATORE AC SEMPER GLORIOSO, PIEDOSO, PERPÉTUO, AUGUSTO, MAURICIO FAMOSO, TRIUNFADOR E SEMPRE IMPERATORE, BRUNICHILDIS AUGUSTO. REGINA.</i>	
Exórdio	<i>Serenissimi principatus vestri clementia ad praecellentissimum filium nostrum, Hildebertum regem, directa pervenit epistula: significamus nos pacis dedisse consilium. Qua propter tranquillissimę pietatis vestrae debito tanti culminis honore salutis officia reverentissime persolventes, sicut legatariis partis vestrae promissimus, praesentium latores ad clementiam vestram directi sunt, quibus de certis titulis vestrae serenitatis verbo proferenda commisimus. His igitur benignissime ad tranquillitati vestrae receptis ac feliciter remeantibus, illud vestris agnos ceremereamu reloquiis, quod prosit rebus omnibus foederatis.</i>	Pela clemência de vossa alta Serenidade, uma carta foi remetida ao nosso muito excelente filho, o rei Childeberto: saiba que aconselhamos a fazer a paz. É por isso que endereçamos as nossas mais respeitadas saudações à vossa muito piedosa Serenidade, como exige a honra de vossa Alteza. Conforme prometemos aos embaixadores provenientes de vossa parte, enviamos os titulares da presente à vossa Clemência, e os confiamos de elementos a respeito de determinados assuntos a serem comunicados de maneira oral à vossa Serenidade. Depois que forem recebidos com simpatia por vossa Serenidade e tiverem retornado sem acidentes, teremos acesso a vossas instruções a respeito de tudo que concerne aos tratados.
Saudações	<i>legatariis partis vestrae promissimus, praesentium latores ad clementiam vestram directi sunt, quibus de certis titulis vestrae serenitatis verbo proferenda commisimus. His igitur benignissime ad tranquillitati vestrae receptis ac feliciter remeantibus, illud vestris agnos ceremereamu reloquiis, quod prosit rebus omnibus foederatis.</i>	Conforme prometemos aos embaixadores provenientes de vossa parte, enviamos os titulares da presente à vossa Clemência, e os confiamos de elementos a respeito de determinados assuntos a serem comunicados de maneira oral à vossa Serenidade. Depois que forem recebidos com simpatia por vossa Serenidade e tiverem retornado sem acidentes, teremos acesso a vossas instruções a respeito de tudo que concerne aos tratados.
Conteúdo da mensagem e recomendação dos embaixadores	<i>legatariis partis vestrae promissimus, praesentium latores ad clementiam vestram directi sunt, quibus de certis titulis vestrae serenitatis verbo proferenda commisimus. His igitur benignissime ad tranquillitati vestrae receptis ac feliciter remeantibus, illud vestris agnos ceremereamu reloquiis, quod prosit rebus omnibus foederatis.</i>	Conforme prometemos aos embaixadores provenientes de vossa parte, enviamos os titulares da presente à vossa Clemência, e os confiamos de elementos a respeito de determinados assuntos a serem comunicados de maneira oral à vossa Serenidade. Depois que forem recebidos com simpatia por vossa Serenidade e tiverem retornado sem acidentes, teremos acesso a vossas instruções a respeito de tudo que concerne aos tratados.

Formulário de Marculfo, nº10 : *Rescripto ad rege*

Endereço	<i>DOMINO GLORIOSISSIMO AT QUE PRECELLENTISSIMO ET A NOBIS CUM SUMMO CARITATIS UINCULO IN AMORE CHRISTI AMPLECTANDO ILLO REGI ILLE REX.</i>	O REI X AO REI Y, SENHOR MUITO GLORIOSO E MUITO EXCELENTE AO QUAL DEVEMOS CIRCUNDAR COM O MAIOR LAÇO DE CARINHO PELO AMOR DO CRISTO.
Exórdio	<i>Apicis Vestre Celsitudinis per magnificus et inlustri suiros illos summa cum aviditate Nos accipis seconperite ;</i>	Saiba que é de uma alegria imensa, por intermédio dos Homens Magníficos e Ilustres W e W, termos recebido a carta de Vossa Alteza.
Saudações	<i>Perquos Vestre Celsitudinem salutacionum munera, ut condecet, premitentes, ea que circa vos sunt pruspera cognuscentes gauisi, ipsos in</i>	Conforme o caso, em primeiro lugar nós enviamos com eles a garantia de nossos cumprimentos a vossa Alteza; nós nos felicitamos em saber como tudo é próspero

¹¹⁰ *Epistolae Austrasicae*, 26 (MGH Ep. III, p. 139).

*vestro amore, talis ut condecetuiros,
deuocione benignissima suscepimus.*

convosco. Nós os recebemos, por amor a vós,
com um carinho benevolente, do qual tais
homens são dignos.

*Conteúdo da
mensagem e
recomendação dos
embaixadores*

*Officium legaciones sibi a vos
iniunctum nostris auribus pandederunt,
sed omnia a nobis in responsis accepta,
quid, cum feliciter in Dei nomen
remauerint, Celsitudinis Vestre auribus
debeant enarrari.*

Eles apresentaram aos nossos ouvidos a
missão de embaixada a qual vós os
encarregastes e receberam de Nós em resposta
àquilo que eles devem dizer a Vossa
Majestade, quando, em nome de Deus, eles
felizmente retornarem a suas residências.

